



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Das ruas ao Parlamento, através dos *media*?

O efeito dos *media* no agendamento político das alterações climáticas em Portugal

Dimitri Lopes

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:

Professor Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa

Outubro, 2020



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Das ruas ao Parlamento, através dos *media*?

O efeito dos *media* no agendamento político das alterações climáticas em Portugal

Dimitri Lopes

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:

Professor Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa

Outubro, 2020

Agradecimentos

O último ano foi longo e desafiante, e sem todos aqueles que estiveram presentes na minha vida, certamente não teria sido tão positivo. A todos eles endereço um agradecimento especial

A Deus, em quem acredito profundamente, e que me mostrou a luz e me fez ver as minhas capacidades nos momentos mais difíceis e desafiantes ao longo do meu percurso académico.

Ao meu orientador, o Professor José Santana Pereira, que não hesitou em aceitar o meu convite para ser meu orientador, dando-me o apoio e os incentivos necessários nos últimos meses. Sem ele este projeto não seria o mesmo. Um grande obrigado.

À minha mãe, por toda a dedicação e apoio durante o meu percurso académico, e ao meu pai, que sempre se esforçou para me permitir escolher o caminho que estou a traçar.

Às minhas avós, que sempre me fizeram ver a importância dos estudos e me incentivaram a fazer as melhores escolhas possíveis, seguindo sempre a razão e os meus sonhos.

À Níbia Silva, a minha melhor amiga, pela compreensão sem limites e por ter estado sempre do meu lado nos momentos mais intensos e desafiantes do último ano. Sem ela não teria tido tanta motivação.

À Rita Pires, pela recente amizade e por me ter dado inúmeros conselhos e partilhado comigo muitas das experiências vividas durante a realização da sua dissertação de Mestrado.

Ao projeto Seventh Art Stories, criado durante a pandemia, e cujos elementos do grupo contribuíram de forma muito positiva para a minha dedicação à presente dissertação.

Ao trio Catarina Ramalho, Catarina Bernardino e Jéssica Malagueta, pela amizade incondicional e por todo o apoio que me deram ao longo de todo o meu percurso académico.

À minha restante família e amigos, por terem estado sempre do meu lado e por terem acreditado sempre nas minhas capacidades. A todos vocês, um grande obrigado!

Resumo

As alterações climáticas têm-se tornado num dos problemas ambientais mais preocupantes. Nos últimos anos têm surgido alguns grupos sociais que se mobilizam de forma a alertar os decisores políticos para a importância desse problema, e para o seu impacto no futuro da humanidade. Os *media*, enquanto difusores de informação, ocupam um lugar importante na disseminação do problema das alterações climáticas, dado que além de consciencializarem os indivíduos para este problema, poderão ter um contributo importante para a entrada desta questão na agenda política.

Para testar esta possibilidade, observaram-se as agendas mediática e política em Portugal, nos períodos marcados pela ocorrência de greves climáticas, de forma a compreender se diferentes níveis de cobertura mediática ao problema das alterações climáticas resultam em diferentes níveis de atenção dos decisores políticos a este tema.

Os resultados evidenciam que a ocorrência de greves climáticas desperta a atenção de alguns *media* ao problema das alterações climáticas. Verifica-se também que as greves climáticas mais recentes (segunda e quarta greves) despertaram uma maior atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas, quando comparada à atenção no período da primeira greve. Observa-se ainda que diferentes níveis de cobertura mediática ao problema das alterações climática estão associados a diferentes níveis de atenção política ao problema aqui tratado.

Palavras-chave: *media*, alterações climáticas, greves climáticas, agenda política, Portugal.

Abstract

Climate change has become one of the most worrying environmental problems in today's society. In recent years, a number of social groups has sought to alert policy-makers to the importance of this issue, and its impact on the future of humanity. The *media*, as providers of information, have an important role in the dissemination of the topic of climate change, since in addition to making individuals aware of this problem, they could have an important impact in the political agenda.

In order to test this possibility, I analyzed the *media* and political agendas in Portugal in the periods marked by the occurrence of climate strikes. The aim was to understand whether different levels of *media* coverage about climate change result in different levels of attention by policy makers to this issue.

The results show that the occurrence of climate strikes attracts the attention of certain *media* to the issue of climate change. We also conclude that recent climate strikes (the second and fourth strikes) have attracted more *media* attention to the problem of climate change when comparing to the first strike period. It is also noted that different levels of *media* coverage about climate change actually result in different levels of political attention to the problem addressed here.

Key-words: *media*, climate change, climate strikes, political *agenda-setting*, Portugal.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I - <i>Media</i> , Alterações Climáticas e Agenda Política: Revisão da Literatura	3
1.1. O efeito dos <i>media</i> na opinião pública: da agulha hipodérmica aos efeitos mínimos	3
1.2. A teoria da <i>agenda-setting</i>	5
1.3. A agenda política e os <i>media</i>	8
1.4. Os <i>media</i> e o agendamento das alterações climáticas.....	10
1.5. As alterações climáticas na agenda mediática em Portugal.....	13
Capítulo II - Desenho de Pesquisa.....	15
2.1. Hipóteses.....	17
2.2. Metodologia de investigação	18
Capítulo III - Resultados	23
Discussão dos resultados e conclusão	37
Referências bibliográficas	41

Índice de figuras

Figura 1 - Número de notícias, peças e reportagens do jornal Público, da RTP1 e da TVI, com referência às alterações climáticas, disseminadas num período de ausência de greves climáticas, no período em torno da ocorrência da primeira greve climática e no período em torno da ocorrência da segunda greve climática23

Figura 2 - Número de notícias, peças e reportagens do jornal Público, da RTP1 e da TVI, com referência às alterações climáticas, disseminadas no período em torno da ocorrência da primeira greve climática, no período em torno da ocorrência da segunda greve climática e no período em torno da ocorrência da quarta greve climática (concomitante com a passagem de Greta Thunberg em Portugal)26

Figura 3 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política (iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) num período de ausência de greves climáticas, no período de ocorrência da primeira greve climática, no período de ocorrência da segunda greve climática e no período de ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal 29

Figura 4 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política (iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) num período de ausência de greves climáticas31

Figura 5 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política (iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) no período de ocorrência da primeira greve climática32

Figura 6 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política

(iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) no período de ocorrência da segunda greve climática33

Figura 7 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política (iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) no período de ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal 34

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Títulos das Iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e das iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, com referência a alterações climáticas, disseminados no período de ausência de greves climáticas em Portugal, no período de ocorrência da primeira greve climática, no período de ocorrência da segunda greve climática e no período de ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal 35

Introdução

Os grandes problemas ambientais são debatidos desde os séculos XVIII e XIX devido à intensa exploração e consumo de recursos naturais provocados pela Primeira Revolução Industrial. Contudo, só se tornaram relevantes na segunda metade do século XX (Rodrigues, 2005). De facto, foi a partir dos anos 1960 que as questões ambientais entraram na lista de preocupações da sociedade e dos *media* devido à intensificação da produção industrial, que marcou o início da degradação ambiental (Lima e Schmidt, 1996). A realização da 1ª Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, em 1972, demonstrou a preocupação internacional com os problemas ambientais. Mais tarde, em 1992, realizou-se a 2ª Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rodrigues, 2005). Depressa as preocupações ambientais fundiram-se com os esforços dos cientistas ambientais, ativistas e formuladores de políticas públicas. Problemas como a abertura do buraco na camada do Ozono, o degelo dos glaciares e a poluição dos solos e da água tornaram-se comuns e agravaram-se com o decorrer dos anos, provocando as alterações climáticas que têm consequências profundas a nível económico, social e ambiental (Lima e Schmidt, 1996).

Embora em muitos países as preocupações ambientais tenham surgido na década de 1960, em Portugal ganham destaque já durante a década de 1980. O aparecimento tardio das preocupações ambientais em Portugal ficou a dever-se a fatores como a tardia industrialização e a predominância de uma sociedade com fortes bases rurais. A adesão de Portugal à CEE, em 1986, foi essencial para a proteção do ambiente e para a criação de respostas para os problemas ambientais, por forçar o nosso país a criar um quadro legislativo e institucional comum aos restantes Estados-membros (Lima e Schmidt, 1996). Nesse sentido, Portugal criou as Direções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território, em 1990, e o Ministério do Ambiente, em 1995. Os anos 1980 ficaram marcados pelo reconhecimento da dimensão social e política dos problemas ambientais, dos quais fazem parte as alterações climáticas. Esse reconhecimento permitiu a formação de uma opinião pública nacional sobre o ambiente, a sua importância e os problemas por si enfrentados (Lima e Schmidt, 1996).

Uma vez que, em Portugal, as questões ambientais entraram tarde na lista de preocupações da sociedade e dos *media*, e que ao longo das últimas décadas, como veremos, tem havido debate sobre o impacto das agendas pública e mediática na agenda dos decisores políticos, propomo-nos a analisar e a identificar o efeito dos *media*

portugueses, através da cobertura da atualidade, na agenda política portuguesa, no que respeita às alterações climáticas. Dado que em 2019 ocorreram inúmeras greves escolares pelo clima, desencadeadas pelo aumento da consciencialização dos indivíduos para os problemas ambientais, é relevante analisar se a ocorrência destes eventos e a cobertura mediática aos mesmos resultou numa maior atenção a estas questões por parte das instituições políticas. Este objetivo principal tem como orientação a pergunta de pesquisa: *Em que medida a cobertura mediática das recentes greves climáticas levou a uma maior presença das alterações climáticas na agenda política em Portugal?* Esta pergunta é relevante pelo facto de nos permitir analisar uma questão atual e de grande relevância científica e social. Uma vez que o agravamento dos problemas ambientais que estão na origem das alterações climáticas constitui uma grande preocupação para a sociedade contemporânea, são necessárias medidas para controlá-los e combatê-los. Dado o lugar de destaque que os *media* ocupam na atual sociedade e o seu impacto na agenda política, é importante refletir sobre o papel que os *media* ocupam, através da cobertura a greves e manifestações pró-clima, no agendamento político das alterações climáticas.

A presente dissertação encontra-se dividida em três grandes capítulos. No primeiro, são abordadas as principais teorias sobre os efeitos dos *media* na opinião pública e nos decisores políticos, bem como a literatura científica sobre a presença das questões ambientais e das alterações climáticas na agenda mediática, com estudos realizados sobre o caso português. No segundo capítulo, são apresentados o problema de pesquisa, os objetivos do estudo, as hipóteses e a metodologia de investigação, que consiste na análise do conteúdo de jornais, noticiários e títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, sobre alterações climáticas. No terceiro capítulo, serão apresentados os resultados da investigação. As principais conclusões a que os mesmos permitem chegar encerram esta dissertação.

Capítulo I - *Media*, Alterações Climáticas e Agenda Política: Revisão da Literatura

1.1. O efeito dos *media* na opinião pública: da agulha hipodérmica aos efeitos mínimos

Ao longo das últimas décadas, muitas foram as discussões sobre os efeitos persuasivos dos *media* e a posição que ocupam na sociedade e nas decisões políticas. Capelato (1988) afirma que os *media* têm um poder significativo na sociedade de massas devido à sua capacidade de influenciar a formação das agendas políticas e intermediar as relações entre o público e o poder político. Iyengar e Kinder (1987) consideram que os *media* têm também a capacidade de influenciar a opinião pública sobre temas específicos, atuando como “aparelhos ideológicos” capazes de influenciar os interesses públicos. Castells (2009), por sua vez, argumenta que os *media* têm a “capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outros atores sociais de forma a favorecer a vontade, interesses e valores do ator empoderado (p.10)”.

Embora a discussão em torno dos efeitos dos *media* tenha atingido grande relevância no século XX, altura que foram elaboradas as principais teorias sobre os efeitos dos *media*, estes continuaram a ser discutidos em anos mais recentes, tratando-se, portanto, de um debate ainda em aberto. De facto, em 2014, Freedman afirmou haver “um debate público emergente e saudável sobre a definição e implicações do poder dos *media*”.

Comecemos, contudo, por uma análise dos primórdios desta linha de investigação nas ciências sociais. A discussão académica sobre os poderes e efeitos dos *media* na opinião pública é quase tão antiga quanto a reflexão sobre os *media*: em 1987, Wolf declarou a existência cíclica de um “clima de opinião acerca do poder da comunicação de massas”, tanto no discurso académico como no discurso comum (p.126). A existência deste clima remonta ao início do século XX, época em que alguns académicos acreditavam que os *media* tinham o poder de influenciar a opinião pública. Contudo, inicialmente, nenhum estudo cientificamente robusto tinha suportado empiricamente este argumento (Lundberg, 1926).

No início do século XX foram publicados artigos científicos sobre o tema. Em alguns deles discutia-se o impacto dos *media* na opinião pública americana. Santana-Pereira (2012) destaca como relevantes alguns dos estudos publicados nas revistas

American Journal of Sociology e *Journal of Applied Sociology*. Nesse período, também a produção cultural reproduziu esta questão. Destacam-se como relevantes os romances *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, e *1984*, de George Orwell. Pessimistas sobre o futuro da humanidade, os romances reconheceram aos *media* um papel influente no controlo dos cidadãos por parte dos regimes totalitários (Santana-Pereira, 2012). Contudo, esta perspectiva veio a ser desacreditada anos mais tarde pelos primeiros estudos sobre os efeitos persuasivos dos *media*.

Os primeiros estudos académicos robustos sobre os efeitos persuasivos dos *media* desenvolveram-se nos Estados Unidos da América durante os anos 1930. Os estudos realizados tiveram como raiz conceptual o modelo da agulha hipodérmica de Harold D.Lasswell, que assumia um efeito imediato das mensagens do emissor sobre o recetor (Schmidt, 2003). O esquema lasswelliano dos efeitos diretos dos *media* sobre a sociedade de massas foi depois confrontado por pesquisas académicas que alertaram para as diferenças entre os diversos públicos recetores de informação e para a importância da mediação social. No livro *The People's Choice* (1944), Lazarsfeld e colegas concluíram que as eleições para a presidência norte-americana de 1940, embora influenciadas pelos *media*, haviam sido maioritariamente influenciadas pela opinião de grupos locais. Inquirindo uma amostra representativa dos eleitores nas presidenciais norte-americanas, Lazarsfeld et al. (1944) observaram que apenas 5% dos participantes no estudo tinham alterado a sua intenção de voto por influência da cobertura mediática dos candidatos. Encontrando efeitos pouco significativos dos *media* na mudança das atitudes individuais, Lazarsfeld et al. (1944) consideraram relevante o papel dos *media* no reforço das atitudes existentes.

Com base nesta nova evidência, o modelo da agulha hipodérmica, segundo o qual as mensagens transmitidas pelos *media* são aceites de imediato pelos recetores, tendo neles um impacto imediato, deu lugar ao modelo de ressonância dos efeitos dos *media*, segundo o qual as mensagens transmitidas pelos *media* apenas têm impacto nos recetores a partir do momento em que reforçam as suas opiniões (Iyengar e Simon, 2000).

Na mesma linha, os trabalhos de Lazarsfeld et al. (1944) deram origem ao paradigma dos efeitos mínimos, segundo o qual a comunicação política, através dos *media*, é apenas útil para o reforço de atitudes existentes, uma vez que a maioria dos

indivíduos se encontra exposta a canais políticos com opiniões idênticas às suas, e conseqüentemente os efeitos persuasivos são negligenciáveis.

Os autores propuseram também a teoria do fluxo comunicacional, segundo a qual a persuasão é processada em duas etapas: dos *media* para os líderes de opinião, pela sua capacidade e motivação para estarem bem informados; e dos líderes de opinião para os vários grupos sociais, influenciando a postura dos restantes indivíduos (Lazarsfeld et al., 1944). Esta teoria ainda hoje é usada para compreender a relação entre os *media* e a opinião pública (ex.: Norris e Curtice, 2008).

Nos anos 1960 e 1970 o paradigma dos efeitos mínimos continuou a predominar, embora alguns académicos desejassem comprovar a importância dos *media* enquanto meio de persuasão política. Influenciados pelo advento da televisão, vários estudos académicos procuraram provar o efeito dos *media* na opinião pública. Embora alguns estudos tenham revelado resultados significativos, acabaram por ser revogados pelos defensores do paradigma dos efeitos mínimos, que durante décadas influenciou os estudos sobre o efeito dos *media* na opinião pública (Schmidt, 2003). Bartels (1993) considerou a persistência do paradigma dos efeitos mínimos um embaraço para as ciências sociais contemporâneas, entendendo o paradigma contraintuitivo e contra factual, uma vez que os atores políticos realizam campanhas políticas com elevada cobertura mediática, esperando que os *media* influenciassem o eleitorado na sua decisão.

Na década de 1960 surgiram outras ideias que procuraram provar a existência de impacto dos *media* na opinião pública para além da persuasão. O paradigma dos efeitos mínimos acabou por contribuir positivamente para os estudos académicos sobre a problemática dos meios de comunicação, por permitir o surgimento de novas teorias focadas noutros papéis dos *media* na opinião pública (Schmidt, 2003). Destaca-se, neste período, o surgimento da teoria do agendamento, ou *agenda-setting*.

1.2. A teoria da *agenda-setting*

A teoria da *agenda-setting*, formulada no final dos anos 1960, contrariou a ideia de Lazarsfeld e colegas (1944) de que os *media* teriam efeitos reduzidos na opinião pública, provando a sua capacidade de influenciar a agenda pública e a construção da imagem que os indivíduos têm da realidade. Maxwell McCombs e Donald L. Shaw, os primeiros estudiosos do fenómeno de *agenda-setting*, declararam que “através da

seleção e apresentação quotidiana das notícias, os *media* influenciavam a percepção pública sobre os assuntos importantes do dia” (1972, p.1; *minha tradução*).

A *agenda-setting* pode ser definida como “o processo pelo qual os problemas e soluções alternativas ganham ou perdem a atenção do público e da elite. A competição para definir a agenda é feroz porque nenhuma sociedade, sistema político, ator oficial, ator não-oficial ou pessoa física tem capacidade para atender a todas as alternativas possíveis para todos os problemas possíveis, que possam surgir a qualquer momento. (...) O grupo que descreve com sucesso um problema também será aquele que definirá as suas soluções, prevalecendo, assim, no debate político” (Birkland, 2005, p.104; *minha tradução*).

Por outras palavras, a função de agendamento dos *media* pode ser definida como a capacidade dos *media* de atribuir importância a determinado tema, levando os indivíduos a priorizarem esse tema, colocando-o em lugar cimeiro na sua agenda (McCombs e Shaw, 1972). Desta forma, os *media* têm acima de tudo capacidade de influenciar os indivíduos na definição das suas prioridades, perspectiva distinta da teoria da agulha hipodérmica segundo a qual os *media* teriam a capacidade de definir opiniões e comportamentos. Ao considerarem um tema relevante os *media* têm a aptidão de focar a atenção dos indivíduos noutras questões, mudando os temas presentes no debate público (Traquina, 1995).

Como vimos, o estudo empírico que fundou a teoria da *agenda-setting* foi publicado em 1972 por McCombs e Shaw. No entanto, a ideia já havia sido tratada anos antes por Lippman (1922), Lazarsfeld et al. (1944) e Cohen (1963). Em 1922, Lippman anunciava que a imprensa tinha um papel relevante na atenção dos leitores a temas de interesse coletivo, contribuindo para a formação da imagem que os indivíduos têm da realidade. Lippman foi assim pioneiro, sendo atribuída a si a paternidade do conceito de *agenda-setting*, embora o termo só tenha surgido décadas depois (McCombs, 2004). Nos anos 1930, também Lasswell salientou a influência dos *media* no estabelecimento da agenda pública e até mesmo os proponentes do paradigma dos efeitos mínimos, Lazarsfeld e colaboradores (1944), acreditavam que os *media* tinham a capacidade de atribuir uma maior relevância às questões de interesse público. Mais tarde, em 1963, Cohen afirmou que “a imprensa pode não ter sucesso a maior parte do tempo em dizer às pessoas o que pensar, mas é espantosamente bem-sucedida em dizer aos seus leitores sobre o que pensar” (1963, p.8; *minha tradução*).

O primeiro teste empírico à possível influência dos *media* na agenda pública foi realizado através de um estudo que tomou lugar na cidade de Chapel Hill, no estado da Carolina do Norte. McCombs e Shaw (1972) entrevistaram 100 eleitores americanos durante a campanha presidencial de 1968, recolhendo também informações sobre o conteúdo dos nove meios de comunicação que serviram a comunidade durante o período de campanha. Os resultados mostraram que os inquiridos consideraram como mais importantes as questões que tinham tido maior cobertura por parte dos *media*. Foram encontrados no estudo cinco temas presentes na agenda mediática que tinham uma correspondência quase perfeita em termos de saliência com os temas da agenda pública, havendo por isso uma forte correlação entre ambas as agendas.

Nos anos seguintes foram realizados novos estudos com vista a reforçar o apoio empírico à hipótese de definição da agenda. Desde os anos 1970 até à primeira década do século XXI foi produzida uma grande diversidade de estudos centrados na hipótese de agendamento, alguns deles de grande relevância científica, e a maior parte dos quais a reportar efeitos de agendamento dos *media*. Santana-Pereira (2012) identificou cerca de 400 estudos com foco na hipótese da definição da agenda pelos *media*. Tomemos como exemplo o estudo de Shaw e McCombs (1977, em McCombs, 1994), realizado em Charlotte, Carolina do Norte onde os eleitores foram inquiridos no período da disputa entre George McGovern e Richard Nixon para a presidência dos Estados Unidos da América em 1972. Esta pesquisa analisou o conteúdo da agenda mediática antes de observar o conteúdo da agenda pública e concluiu que os sete temas referidos pelo público como prioritários haviam sido expostos pelos *media* durante todo o período de campanha. Contudo, também existiram estudos com conclusões contrárias. Iyengar (1979), por exemplo, encontrou uma relação fraca entre a saliência dos temas na televisão e na opinião pública.

Para além disso, o campo de estudos de agendamento desdobrou-se. Segundo Dearing e Rogers (1996) existem três linhas de estudo desenvolvidas na área da *agenda-setting*: a agenda mediática, a agenda pública e a agenda política. A análise da agenda mediática tem como objeto de estudo o processo de seleção dos temas que serão noticiados pelos *media*; a análise da agenda pública tem como objeto de estudo a importância que os indivíduos atribuem a um determinado tema, relacionando-se com o conjunto de assuntos que os indivíduos consideram prioritários; a análise da agenda política tem como objeto de estudo o processo de hierarquização dos problemas que

chamam à atenção dos formuladores de políticas públicas (Dearing e Rogers, 1996). Na secção seguinte debruçamo-nos sobre o impacto dos *media* nesta última agenda.

1.3. A agenda política e os *media*

A literatura sobre o processo de formação ou de influência nas agendas dos decisores políticos é vasta, e os autores que abordam esta questão usam uma grande diversidade de conceitos. Para explicar a entrada de determinadas questões na agenda de políticas públicas, Cobb e Elder (1971) usam os conceitos de agenda sistémica e agenda institucional, enquanto Kingdon (2003) recorre aos conceitos agenda governamental e agenda decisória. Todos estes conceitos serão explicados de seguida.

Os primeiros estudos sobre o processo de formação da agenda de políticas públicas surgiram nos anos 1970. O estudo deste tipo de agenda tem como objetivo explicar a forma como um determinado tema consegue chamar a atenção dos decisores políticos e influenciar a criação de uma política pública. Cobb e Elder (1971) partem do pressuposto que os temas, para se tornarem relevantes para os decisores políticos, competem entre si para obter a atenção dos mesmos. Para explicar o processo, os autores recorrem aos conceitos de agenda sistémica e agenda institucional. Na agenda sistémica encontram-se todos os temas considerados relevantes no debate público. Quando um grupo identifica um problema para o qual necessita de resposta ou caso os decisores políticos detetem a existência de um problema público que necessita de resposta, essa questão passa a estar na agenda sistémica. Contudo, isto não significa que todos os problemas presentes nesta agenda resultem na criação de políticas públicas, pois apenas uma parte desses problemas será priorizada pelos formuladores das mesmas, entrando na agenda institucional, da qual fazem parte apenas os temas considerados relevantes pelos decisores políticos.

Cobb et al. (1976) consideram que a entrada dos temas da agenda sistémica na agenda institucional pode ser feita de três formas: a primeira (modelo de iniciativa externa) envolve os processos através dos quais as questões relevantes surgem em órgãos externos aos governos e procuram chamar à atenção de outros grupos, de forma a conseguir o seu apoio e fazer com que determinadas questões entrem na agenda sistémica, sendo que depois os líderes governamentais darão entrada de algumas dessas questões na agenda institucional; a segunda (modelo de mobilização), em que os decisores políticos procuram apoio popular para as suas decisões, de forma a assegurar

o sucesso das políticas públicas aquando a sua implementação; e a terceira (modelo de iniciação interna), em que as questões surgem em órgãos governamentais ou dentro de grupos influentes sem ligação aos tomadores de decisão, não havendo um esforço dos decisores para expandir uma temática junto do público.

Por sua vez, Kingdon (2003) define agenda governamental como o conjunto de assuntos sobre os quais os governos concentram a sua atenção num determinado momento. Nos seus estudos, distingue entre agenda governamental e agenda decisória: uma questão integra a agenda governamental quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas públicas; no entanto, devido a fatores como a complexidade e o elevado número de questões que necessitam de resposta, apenas algumas questões irão entrar na agenda governamental. As questões que conseguirem integrar a agenda governamental irão compor a agenda decisória, que funciona como uma espécie de subconjunto da agenda governamental do qual fazem parte as questões que irão resultar na criação de políticas públicas.

Kingdon (2003) estabelece uma distinção entre os dois conceitos por considerar que ambas as agendas são afetadas por processos diferentes. As mudanças na agenda decisória resultam de três fatores: a forma pela qual um problema é compreendido; o conjunto de alternativas; e as alterações na dinâmica entre público e poder político. As alterações na agenda governamental resultam de dois fatores: a forma como um problema é entendido e o momento político favorável à entrada desta questão na agenda de políticas públicas.

Congruentemente, Baumgartner e Jones (1993) consideram que a manutenção de uma agenda ou a sua mudança são determinadas pela perspetiva que os atores políticos têm sobre a questão em causa e pela combinação entre a influência das várias instituições envolvidas no processo de agendamento e as várias mutações no debate público. A forma como uma questão é descrita também pode ditar mudanças nas prioridades dos decisores políticos, uma vez que o processo de informação é relevante para explicar como algumas questões são definidas como prioritárias pelos decisores políticos (Jones e Baumgartner, 2005).

Qual o papel dos *media* nestes processos? Os *media* têm impacto na agenda política pela sua capacidade de colocar temas que estão no topo das agendas pública e mediática no topo da agenda política. Ao mesmo tempo, os *media* têm o poder de influenciar as decisões políticas, filtrando e seleccionando os temas que necessitam de resposta rápida

(Van Aelst e Walgrave, 2006). Por outro lado, autores como Van Praag e Brants (1999) consideram que a agenda que estabelece o poder dos jornalistas parece negar a entrada de certas questões na agenda política, forçando os decisores políticos a responder às questões presentes na agenda política e evitando que novas questões entrem na agenda.

A primeira revisão sistêmica da literatura sobre o efeito dos *media* no estabelecimento da agenda política foi publicada em 2006 por Van Aelst e Walgrave. Mais tarde, em 2016, os mesmos autores analisaram os vários estudos existentes sobre a influência dos *media* na agenda política entre 2005 e 2015. Ao todo foram analisados 32 estudos, sendo que 18 analisaram o impacto dos *media* nas agendas parlamentares. Os estudos objetivos (baseados em dados obtidos através de experiências ou questionários) concluíram que os *media* têm poder na definição da agenda política, embora esse poder seja moderado; por sua vez, os estudos subjectivos (baseados em dados obtidos através da observação ou entrevistas) concluíram que a influência dos *media* na agenda política é substancial.

A análise feita por Van Aelst e Walgrave em 2016 permitiu concluir que os *media* têm efeito na agenda política. Os autores mediram esse efeito através de uma escala por si construída: efeito “fraco”, efeito “moderado” e efeito “forte”. Dois dos estudos analisados concluíram que os *media* têm um efeito fraco na agenda política, onze concluíram que os *media* têm um efeito moderado e os restantes oito concluíram que os *media* têm um efeito forte. (Van Aelst e Walgrave, 2016). Note-se que em 2006 a maioria dos estudos analisados por Van Aelst e Walgrave haviam concluído que os *media* tinham impacto fraco ou moderado na agenda política.

1.4. Os *media* e o agendamento das alterações climáticas

Há, na literatura especializada, bastante consenso em torno da ideia de que “os *media* são o principal fórum de debate público nas sociedades modernas e fontes importantes de informações sobre as alterações climáticas. Portanto, as partes interessadas tendem a posicionar-se nos *media* para serem vistas como relevantes e viáveis no campo e incutir as suas posições e pontos de vista sobre a cobertura mediática, a fim de influenciar as perceções sociais das alterações climáticas e as subsequentes decisões sobre os caminhos de ação” (Schafer, 2015, p.854; *minha tradução*).

A cobertura mediática das alterações climáticas tem como objetivo alertar a população e o poder político para os novos problemas ambientais e a importância de serem implementadas políticas públicas de combate aos mesmos (Boykoff e Boykoff, 2004). De facto, “Ao longo do tempo, a cobertura dos *media* tem-se revelado um contributo chave entre uma série de factores que moldaram e afectaram a ciência e o discurso político, assim como a compreensão pública e a ação” (Boykoff e Roberts, 2007, p.1; *minha tradução*). Na atual sociedade em que os *media* têm uma forte capacidade de informar e influenciar a opinião pública, e em que as alterações climáticas são cada vez mais um obstáculo à nossa sobrevivência, os *media* têm um grande impacto na mobilização da solidariedade social e na entrada destas questões na agenda política (Anderson, 2009; Negrine, 1994).

Brechin (2003) analisou as preocupações ambientais dos indivíduos em 24 países e verificou que as alterações climáticas são o problema ambiental com o qual os indivíduos mais se preocupam. Factores como a cobertura mediática têm sido sugeridos como contributo para a preocupação pública com esta questão, além de contribuírem para que os indivíduos estejam mais informados sobre os problemas ambientais (Ungar, 1992).

A respeito do interesse dos *media*, Downs (1972) sugere que certas questões sociais passam por um ciclo de elevado interesse mediático, seguido por um esquecimento na agenda, sendo suscetíveis de desaparecer dos *media* por falta de interesse público ou no caso de os tópicos passarem a afetar apenas parte da sociedade. Acerca dos problemas ambientais, Downs (1972) prevê que também eles passam por este ciclo, embora de forma mais lenta, por se tratar de problemas com consequências graves para todos.

De modo congruente com o argumento de Downs, vemos que a cobertura das alterações climáticas começou em 1930, e, embora tenha aumentado até aos anos 50, depressa diminuiu, tendo apresentado uma saliência muito baixa durante as três décadas seguintes, quase desaparecendo. No final dos anos 1980 aumentou novamente, sobretudo na Europa Ocidental e nos países da América do Norte (Boykoff e Roberts, 2007). De facto, Schmidt et al. (2013) analisaram a atenção dos *media* às alterações climáticas em 27 países, num período de 15 anos (1996 a 2010), concluindo que em todos eles a atenção aumentou ao longo desse período.

Keskitalo et al. (2012) consideram que o facto de os *media* se focarem em acontecimentos climáticos ou desastres naturais pode resultar em alterações na ordem

de trabalhos dos decisores políticos, que poderão considerar determinadas questões como prioritárias, dando-lhes relevo na sua agenda. Esta questão já havia sido discutida anos antes, por Birkland, que em 1998 observou a interação entre a focalização mediática de eventos climáticos e as mobilizações de cidadãos, com o objetivo de conhecer a forma como esta relação influencia a agenda política. Partindo da hipótese que a ocorrência de eventos climáticos influencia o agendamento de questões ambientais, Birkland (1998) observou que em períodos de ocorrência de desastres naturais, fortemente mediatizados, a atenção do público a estas questões aumentou, levando à mobilização de grupos sociais com o objetivo de pressionar os decisores políticos a adotarem políticas de resposta aos desastres ambientais, conduzindo assim a alterações na sua agenda.

Eventos como greves e manifestações pró-clima, quando abordadas pelos *media*, têm efeito nos decisores políticos, resultando na inserção destas questões na agenda política e na implementação de políticas de combate aos problemas ambientais, destinadas a responder às reivindicações sociais. A cobertura dos *media* a estas ações permite que o público entre no debate político, influenciando a formulação de políticas públicas (Bakaki et al., 2019). Também os fenómenos climáticos e os acontecimentos internacionais relacionados com as alterações climáticas despertam uma maior atenção dos *media* e dos dirigentes políticos, que tendem a incluir este tipo de questões na sua agenda. Contudo, segundo Liu e colegas (2011), a reação dos *media* a este tipo de questão é mais rápida que a reação parlamentar, que se manifesta mais tarde.

Por outro lado, Bakaki et al. (2019) consideram que a cobertura dos *media* a questões relacionadas com o ambiente é aliviada quando há um desenvolvimento de políticas ambientais. Os autores consideram que o público, juntamente com os *media*, atraem a atenção dos decisores políticos, podendo moldar os resultados políticos. Ao mesmo tempo, os *media* poderão influenciar a agenda pública em determinadas questões. Nesse sentido, focando-se em questões ambientais, examinaram a relação entre a decisão política, a opinião pública e a cobertura dos *media*, a fim de determinar qual a relação entre as três variáveis em seis democracias europeias (Reino Unido, Irlanda, França, Países Baixos, Espanha e Alemanha) ao longo de duas décadas.

Bakaki e colegas (2019) observaram que os fluxos de alterações na opinião pública afetam os resultados políticos, embora haja pouca evidência de um fluxo no sentido contrário. Observaram também que a opinião pública influencia positivamente a

cobertura dos *media*, isto é, que quanto maior o debate público sobre uma determinada questão ambiental, maior a cobertura mediática a esse tipo de questões. Contudo, foi também observado que o facto de os *media* aumentarem a cobertura às questões ambientais teve um efeito negativo no público. Stoll-Kleemann e colegas (2001) justificam este fenómeno com alguns mecanismos identificados na literatura: quando ocorre uma extensa cobertura mediática, os indivíduos que acreditam que pouco podem fazer a respeito dos problemas ambientais tendem a negar o consenso científico sobre as alterações climáticas, o que os pode levar a desistir do apoio a essas questões.

Embora Bakaki e colegas (2019) tenham considerado que uma maior cobertura mediática das alterações climáticas tem um efeito negativo na opinião pública, uma vez que leva à perda de interesse dos indivíduos pelo assunto, Sampei e Aoyagi-Usui (2009) observaram o contrário num estudo realizado no Japão, concluindo que o aumento da cobertura mediática aos problemas ambientais resultou num aumento da preocupação pública com a questão. Esta ideia já havia sido defendida no estudo empírico de Brulle et al. (2011) sobre os fatores que influenciam a preocupação pública com o meio ambiente nos Estados Unidos da América, que revelou que quanto maior a cobertura mediática às alterações climáticas maior a preocupação do público norte-americano relativamente a esta questão.

1.5. As alterações climáticas na agenda mediática em Portugal

Em Portugal, a afirmação do tema ambiental na agenda mediática passou por um processo demorado. Schmidt (2003) admite como causa a carência de informação científica em matéria de ambiente e o fraco desenvolvimento económico do nosso país, que não permitiu o desenvolvimento das preocupações políticas e sociais com os problemas ambientais. Fatores como o desastre nuclear de Chernobyl, os movimentos sociais receosos do aquecimento global ou as pressões europeias para a necessidade de serem criadas medidas de proteção ambiental contribuíram para que o ambiente se tornasse um tema mediatizado em Portugal (Schmidt, 2003). A autora argumenta que “o ambiente tornou-se apto e adquiriu potencial noticioso, passando a estar hierarquicamente bem colocado no universo do jornalismo português e a inscrever-se progressivamente nas agendas, rotinizando-se ao ponto de levar a criar, durante os anos 90, secções específicas na matéria” (pp.60-61). Desta forma, os *media* ajudaram a preocupação ambiental a legitimar-se em Portugal, e hoje pode dizer-se “que os *media*

precisam do ambiente, embora talvez não tanto como este ainda precisa deles” (Schmidt, 2003, p.62).

Entre os vários problemas ambientais que têm recebido cobertura por parte dos *media*, as alterações climáticas são os que têm estado mais presentes nos *media* portugueses e no discurso dos decisores políticos (Lázaro et al., 2011). Os autores analisaram a representação das alterações climáticas na imprensa portuguesa entre 1990 e 2007, nomeadamente nas notícias do *Público*, *Correio da Manhã*, *Expresso* e *Visão*, verificando que o pico da cobertura mediática às alterações climáticas coincidiu com reuniões intergovernamentais como a Cimeira Mundial de Ambiente e Desenvolvimento (1992), no Rio de Janeiro, onde foi assinada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC); a terceira Conferência das Partes da CQNUAC (1997), em Quioto, onde foi acordado o Protocolo de Quioto; e a Publicação do Sumário Executivo do 4º Relatório do IPCC (2007). Porém, o estudo revelou uma fraca cobertura mediática de acontecimentos nacionais como a apresentação do Plano Nacional de Alterações Climáticas (2001) e do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (2004). O estudo revelou ainda que a cobertura mediática dos quatro *media* impressos aos acontecimentos meteorológicos extremos, como a onda de calor de 2003 e o Furacão Katrina de 2005, não relacionou estes acontecimentos com o fenómeno das alterações climáticas (Lázaro et al., 2011).

A literatura sobre Portugal não se tem debruçado, contudo, sobre o impacto da cobertura mediática no agendamento deste tema na esfera política no contexto português, sendo os estudos existentes relativos ao processo de *agenda-setting* em geral.

Por exemplo, Belchior (2020) realizou um estudo com o objetivo de analisar o impacto dos *media* na agenda política portuguesa entre os anos 1995 e 2005, olhando para a atenção a vários temas pelos *media*, para as questões parlamentares, as preferências políticas do público e os programas eleitorais dos partidos. A autora concluiu que os *media* têm impacto na atenção dos partidos nos seus programas eleitorais e que o efeito das agendas parlamentares e públicas na atenção dada aos variados temas nos programas eleitorais é maior quando estes são alvo de cobertura mediática.

Para além disso, Santana-Pereira (2020) analisou a influência dos diferentes sistemas de *media* no impacto dos *media* na agenda política, através de um estudo a 27 sistemas de *media* europeus. O autor verificou que a definição da agenda política pelos

media é mais comum em sistemas de *media* onde o nível de profissionalização do jornalismo é maior, porque os políticos tendem a preferir informação de qualidade em sistemas cujos *media* têm maior autonomia, onde há uma menor intervenção do Estado, e em sistemas de *media* em que não houve uma massificação do consumo de imprensa escrita, sendo esta um instrumento de comunicação horizontal entre elites mais do que de comunicação vertical, entre elites e a população. Importa ainda salientar que Santana-Pereira calculou também o índice de definição da agenda política (medido numa escala de 0 - fraca a 10 - forte) nos 27 sistemas de *media* europeus, sendo que Portugal apresentou um índice de definição da agenda política por parte dos *media* bastante alto. Conhecendo o sistema mediático português, e tendo em conta estes resultados, podemos esperar no caso português um impacto forte dos *media* na agenda política no que respeita às alterações climáticas.

Capítulo II - Desenho de Pesquisa

Como verificámos anteriormente, as alterações climáticas têm-se tornado num tema muito discutido pelos *media*, que através da cobertura a greves e movimentos sociais pró-clima influenciam o poder político a tomar medidas (Bakaki et al., 2019).

As greves e manifestações pelo ambiente tornaram-se mais frequentes nos últimos anos, por influência da ativista ambiental Greta Thunberg, que a 20 de Agosto de 2018 iniciou a primeira greve escolar pelo clima com o objetivo de atrair a atenção da sociedade e dos dirigentes políticos para a negligência e falta de compromisso político em relação às alterações climáticas. Greta Thunberg conseguiu o apoio de outros jovens que aderiram ao movimento *Fridays for Future*, organizado a cada sexta-feira, em que os jovens se manifestam para consciencializar os decisores políticos para o problema das alterações climáticas, e com isto influenciar a criação de políticas de combate às mesmas (Internacional, 2019). O movimento estendeu-se a outros países, incluindo Portugal, que participou na greve climática de 15 de Março de 2019 (Agência Lusa, 2019).

Regra geral, o impacto destes eventos foi positivo. Em Fevereiro de 2019, Jean-Claude Juncker, à data presidente da Comissão Europeia, declarou a sua intenção de despende dinheiro da União Europeia para o combate às alterações climáticas (Frangoul, 2019), e em Março de 2019, António Guterres, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, convidou os líderes mundiais a comprometerem-se

com as políticas definidas no Acordo de Paris. Na cimeira da ONU, convocada por António Guterres, 66 países subscreveram o princípio da neutralidade carbónica em 2050, comprometendo-se a uma produção de gases com efeito de estufa abaixo dos valores que conseguiam absorver (Capucho, 2019).

Portugal aderiu às greves pró-clima em 2019 (Dantas, 2019). Nesse ano os portugueses participaram nas greves dos dias 15 de Março, 24 de Maio, 27 de Setembro e 29 de Novembro. No dia 3 de Dezembro de 2019, Portugal recebeu a visita de Greta Thunberg. Todos estes acontecimentos atraíram a atenção dos *media* portugueses¹.

Contudo, embora saibamos que estas ações receberam cobertura por parte dos *media*, nada se sabe sobre a dimensão dessa cobertura e esta teve efeito na agenda política portuguesa. O interesse nesta questão fundamenta-se na ideia de que os *media* têm o poder de influenciar, através da agenda pública, a agenda política sobre estes assuntos (Bakaki et al. 2019). Desta forma, o problema de pesquisa em torno do qual se desenvolve o presente estudo relaciona-se com a cobertura mediática das recentes greves climáticas em Portugal e o seu efeito na agenda política, nomeadamente a agenda parlamentar.

Tendo em conta a problemática apresentada coloca-se a seguinte questão de partida: “Em que medida a cobertura mediática das recentes greves climáticas levou a uma maior presença das alterações climáticas na agenda política em Portugal?”.

A presente investigação visa analisar a cobertura mediática portuguesa às recentes greves climáticas e compreender de que forma essa cobertura teve impacto na agenda política portuguesa. Este objetivo principal subdivide-se em três objetivos específicos:

- 1) Analisar se a realização de greves e manifestações pró-clima em Portugal resulta numa maior cobertura mediática das alterações climáticas;
- 2) Perceber se a cobertura mediática das greves e manifestações pró-clima em Portugal resultou na entrada das alterações climáticas na agenda política portuguesa;

¹ Alguns exemplos de cobertura mediática das greves e manifestações pró-clima em Portugal: <https://sionoticias.pt/especiais/crise-climatica/2019-09-27-Portugal-mobiliza-se-hoje-pelo-clima-com-greve-geral-e-manifestacoes>
<https://expresso.pt/sociedade/2019-11-27-Clima.-Jovens-portugueses-em-greve-em-vesperas-da-chegada-de-Greta-Thunberg>
<https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2019-05-24-clima-organizadores-de-protesto-querem-juntar-se-a-sindicatos-para-greve-geral-em-setembro/>

- 3) Compreender se a cobertura mediática da visita da ativista Greta Thunberg a Portugal teve impacto na visibilidade do tema das alterações climáticas na agenda política portuguesa.

2.1. Hipóteses

As seguintes hipóteses nortearam a investigação aqui reportada.

Hipótese 1 - A ocorrência de greves climáticas em Portugal despertou a atenção dos *media* para o problema das alterações climáticas.

Espera-se que a ocorrência de greves e manifestações pró-clima influencie a agenda mediática, resultando numa maior cobertura a estes eventos (Bakaki et al., 2019; Sampei e Aoyagi-Usui, 2009).

Esta hipótese será testada através de uma análise dos conteúdos dos *media*. A agenda mediática nos períodos em torno da primeira e segunda greve climática será comparada à agenda mediática num momento de ausência de eventos deste tipo, a fim de observarmos se a ocorrência destes eventos resultou, de facto, numa maior cobertura mediática deste tema.

Hipótese 2 - A ocorrência de dois eventos concomitantes relativos à temática ambiental desperta uma maior atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas que a ocorrência de um único evento.

Espera-se que a ocorrência de greves e manifestações escolares pelo clima, em concomitância com outros eventos, resulte numa maior visibilidade do tema nos *media* (Bakaki et al., 2019).

Esta hipótese será também testada através de uma análise dos conteúdos dos *media*. As agendas mediáticas no período em torno das greves climáticas de 15 de Março de 2019 e de 24 de Maio de 2019 serão comparadas à agenda mediática no período em que ocorreu a greve climática de 29 de Novembro, acompanhada pela visita de Greta Thunberg a Portugal, a fim de observarmos se a ocorrência destes eventos resultou, de facto, numa maior cobertura mediática às alterações climáticas.

Hipótese 3 - As variações na cobertura mediática das alterações climáticas resultam em diferentes níveis de atenção política a este tema.

Espera-se que diferentes níveis de cobertura mediática das greves e manifestações escolares pelo clima resultem em diferentes níveis de interesse político às alterações climáticas. Esta expectativa baseia-se na ideia de Birkland (1998), Keskitalo e colegas (2012) e Bakaki et al. (2019) de que um maior foco dos *media* aos acontecimentos climáticos pode resultar numa maior atenção dos decisores políticos a estas questões.

Esta hipótese será testada através da análise da agenda mediática e dos títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e das iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, em quatro momentos distintos: num momento distante da ocorrência da primeira greve climática em Portugal; no momento da ocorrência da primeira greve climática em Portugal; no momento da ocorrência da segunda greve climática em Portugal; e no momento em que ocorreu a greve climática seguida da visita de Greta Thunberg a Portugal. Analisar a cobertura mediática e os títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e das Iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território nestes quatro momentos permitirá compreender se a variação na cobertura levou a uma diferente saliência destas questões na agenda política.

2.2. Metodologia de investigação

Tendo em conta o tema da investigação, os objetivos definidos e as hipóteses propostas, foram analisados os conteúdos de notícias de imprensa e de peças e reportagens televisivas, com o propósito de medir a saliência conferida às alterações climáticas em quatro momentos distintos. Também o conteúdo da agenda política foi analisado e submetido ao mesmo processo, nomeadamente os títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e das iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.

Tanto para a agenda mediática como para a agenda política, optámos por analisar um momento em que não ocorreram greves climáticas, com o objetivo de compreender qual a atenção dos *media* e dos decisores políticos ao problema das alterações climáticas num período muito antes da ocorrência de greves climáticas. Optámos também por analisar os períodos marcados pelas primeira e segunda greve climática, em vez de

analisar apenas o período da primeira greve, minimizando o risco dos resultados serem devidos ao acaso e a coincidências. O período marcado pela terceira greve climática ficou excluído da análise por ser redundante e não trazer robustez ao estudo. Contudo, optámos por analisar o período em torno da ocorrência da quarta greve climática, marcada também pela vinda de Greta Thunberg a Portugal, uns dias depois.

Para analisar a agenda mediática, foram recolhidas notícias escritas publicadas no jornal Público, que foi selecionado por ser um jornal de referência, sendo aquele, de entre os principais jornais portugueses diários, com uma maior qualidade da informação reportada e apresentação correcta dos vários argumentos inerentes aos debates políticos (Popescu, Gosselin e Santana-Pereira, 2010; Belchior, 2020).

Foram também recolhidas as peças e reportagens televisivas emitidas nos noticiários das 20 horas dos canais generalistas RTP1 e TVI. A escolha destes dois canais deveu-se, em grande parte, ao desejo de incluir um canal público e um canal privado neste estudo, tornando a nossa análise da cobertura televisiva ao tema das alterações climáticas bastante representativa do que terá sido a cobertura nos telejornais dos canais generalistas. A escolha do noticiário da TVI e não do da SIC deveu-se ao facto de haver uma maior disponibilidade online dos telejornais da TVI.

Foram recolhidas notícias, peças e reportagens produzidas em quatro momentos distintos²:

- 1) Dos dias 17 a 28 de Janeiro de 2019. Foram identificadas todas as notícias, peças e reportagens publicadas/transmitidas durante esse período e contabilizadas aquelas com referência às alterações climáticas. Ao todo, foram analisadas 456 notícias do jornal Público, 226 reportagens do Telejornal da RTP1 e 215 reportagens do Jornal das 8 da TVI. A análise destas notícias, peças e reportagens permitiu compreender qual o nível de cobertura mediática às alterações climáticas num contexto em que nenhum evento tomou lugar;
- 2) Dos dias 12 a 21 de Março de 2019. Foram analisadas as notícias, peças e reportagens disseminadas nos três dias que antecederam a primeira greve climática, no dia do evento e nos seis dias seguintes. Para o efeito, foram identificadas todas as notícias, peças e reportagens emitidas durante esse período e contabilizadas aquelas com referência às alterações climáticas. Ao todo, foram analisadas 378 notícias do jornal Público, 182 reportagens do

² Não foram analisadas notícias, peças e reportagens sobre os temas desporto e cultura.

Telejornal da RTP1 e 166 reportagens do Jornal das 8 da TVI. A análise a estas notícias, peças e reportagens permitiu compreender qual o nível de cobertura mediática às alterações climáticas no contexto da realização de uma greve climática;

- 3) Dos dias 21 a 30 de Maio de 2019. Foram analisadas as notícias, peças e reportagens publicadas nos três dias que antecederam a segunda greve climática, no dia do evento e nos seis dias seguintes. Para o efeito, foram identificadas as notícias, peças e reportagens emitidas durante esse período, e contabilizadas aquelas com referência às alterações climáticas. Foram analisadas 399 notícias do jornal Público, 154 reportagens do Telejornal da RTP1 e 193 reportagens do Jornal das 8 da TVI. Analisar estas notícias, peças e reportagens permitiu compreender qual o nível de cobertura mediática às alterações climáticas no contexto da realização de uma segunda greve climática em Portugal;
- 4) Dos dias 26 de Novembro a 6 de Dezembro de 2019. Foram analisadas as notícias, peças e reportagens disseminadas nos três dias que antecederam a greve climática de 29 de Novembro de 2019 até 3 dias após a vinda de Greta Thunberg a Portugal. Para o efeito, foram identificadas todas as notícias, peças e reportagens, e quantificadas todas aquelas com referência a alterações climáticas. Foram analisadas 414 notícias do jornal Público, 211 reportagens do Telejornal da RTP1 e 234 reportagens do Jornal das 8 da TVI. A análise a estas notícias, peças e reportagens permitiu compreender qual o nível de cobertura mediática das alterações climáticas depois da ocorrência de uma greve climática seguida da visita da ativista Greta Thunberg a Portugal.

Por sua vez, para analisar a presença das alterações climáticas na agenda política portuguesa, foram recolhidos os títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e das iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, e quantificados aqueles com referência a alterações climáticas. Todos estes dados encontram-se disponíveis no site oficial do parlamento português.

De acordo com a literatura sobre o efeito dos *media* na agenda política, assume-se que o efeito não é imediato, podendo estender-se até oito semanas (McCombs, 2014; Green-Pedersen e Stubager, 2010; Vliegthart et al., 2016). Desta forma, decidimos

observar a agenda política num período mais alargado que a agenda mediática. Foram recolhidos os títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e das iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, publicados em quatro momentos distintos:

- 1) Num período em que não ocorreu nenhuma greve climática em Portugal. Foram recolhidos os títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território dos dias 17 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 2019. Foram analisados 27 títulos das iniciativas do Parlamento Português, os títulos de 3 debates parlamentares, os títulos de 322 intervenções em plenário e os títulos de 7 iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território. Depois de recolhidos, foram quantificados todos os títulos com referência a alterações climáticas;
- 2) Nos dias próximos à ocorrência da greve climática de 15 de Março de 2019. Foram recolhidos os títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território dos dias 12 a 30 de Março de 2019, correspondentes aos 3 dias que antecederam o evento, o dia do evento e os 15 dias seguintes. Foram recolhidos 48 títulos das iniciativas do Parlamento Português, os títulos de 8 debates parlamentares, os títulos de 290 intervenções em plenário e os títulos de 10 iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território. Após a recolha, foram quantificados todos os títulos com referência a alterações climáticas;
- 3) No período em torno da ocorrência de uma segunda greve climática em Portugal. Foram recolhidos os títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território dos dias 21 de Maio a 8 de Junho de 2019, correspondentes aos 3 dias que antecederam o evento, o dia do evento e os 15 dias seguintes. Foram recolhidos 20 títulos das iniciativas do Parlamento Português, 5 títulos de debates parlamentares, os títulos de 259 intervenções em plenário e os títulos de 4 iniciativas da

Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território. Depois de recolhidos, foram quantificados todos os títulos com referência a alterações climáticas;

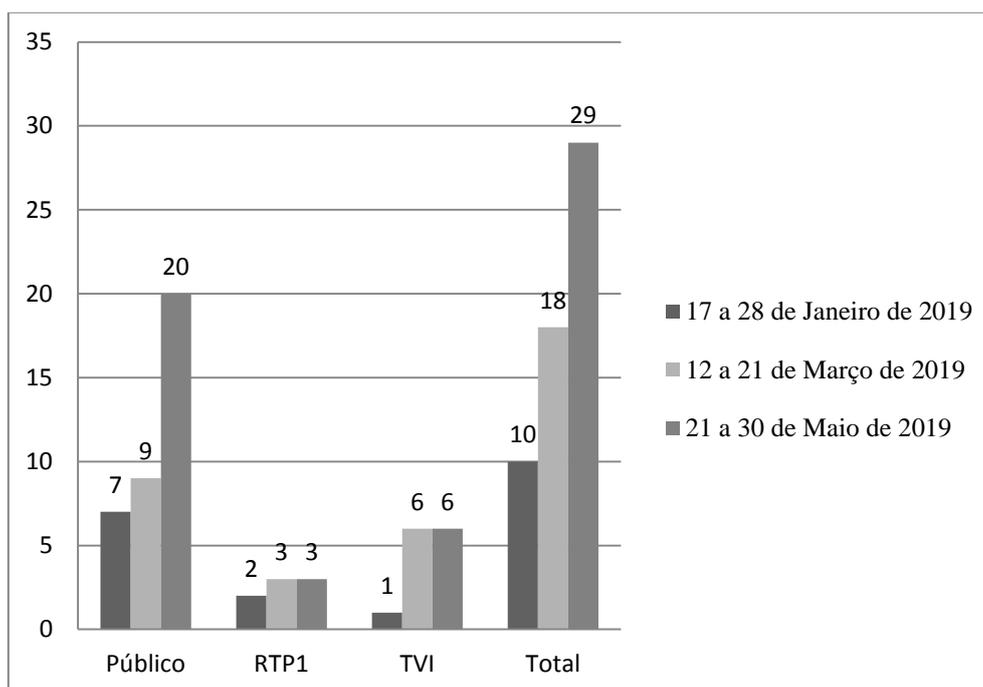
- 4) Desde a ocorrência da greve climática de 29 de Novembro de 2019 até ao período após a visita de Greta Thunberg a Portugal, no dia 3 de Dezembro de 2019. Foram recolhidos os títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território dos dias 26 de Novembro de 2019 a 13 de Dezembro de 2019, correspondentes aos 3 dias que antecederam a primeira greve, ao dia do evento, aos dias que decorreram até à visita de Greta Thunberg a Portugal e os 10 dias após a visita. Foram recolhidos 59 títulos de iniciativas do Parlamento Português, os títulos de 5 debates parlamentares, os títulos de 429 intervenções em plenário e o título de 1 iniciativa da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território. Após a recolha dos títulos, foram quantificados todos aqueles com referência a alterações climáticas.

Capítulo III - Resultados

No âmbito da primeira hipótese de investigação pretendemos testar se a ocorrência de greves climáticas em Portugal despertou a atenção dos *media* para o problema das alterações climáticas.

A partir da figura 1 é possível averiguar que o número de notícias, peças e reportagens sobre alterações climáticas, disseminadas pelos três *media*, foi aparentemente maior nos períodos de ocorrência de greves climáticas (Março e Maio de 2019) do que no período de ausência destes eventos (Janeiro de 2019).

Figura 1 - Número de notícias, peças e reportagens do jornal Público, da RTP1 e da TVI, com referência às alterações climáticas, disseminadas num período de ausência de greves climáticas, no período em torno da ocorrência da primeira greve climática e no período em torno da ocorrência da segunda greve climática



No primeiro período em análise, em que não ocorreram greves climáticas, foram disseminadas pelos três *media* 10 notícias, peças e reportagens com referência a alterações climáticas, correspondentes a 1,1% do total de notícias, peças e reportagens analisadas. Este número aumentou ligeiramente com a ocorrência da primeira greve climática, tendo sido emitidas nesse período 18 notícias, peças e reportagens, correspondentes a 2,5% do total. No período marcado pela ocorrência da segunda greve

climática, foram disseminadas pelos três *media* 29 notícias, peças e reportagens com referência a alterações climáticas, valor correspondente a 3,9% do total de notícias, peças e reportagens analisadas.

Com o objetivo de verificar se existem diferenças estatisticamente significativas na magnitude da cobertura dos *media* ao problema das alterações climáticas, entre os três períodos de análise, foi realizada uma Análise de Variâncias (ANOVA), em que $F(2, 2361) = 6,775$, $p=0,001$, o que significa que existem diferenças estatisticamente significativas entre pelo menos dois períodos de análise. O teste post-hoc Tukey revela a existência de diferenças estatisticamente significativas na cobertura dos *media* entre o período de ausência de greves climáticas (10 itens) e o período de ocorrência da segunda greve climática (29 itens) ($p=0,001$). Os resultados revelam assim que a cobertura ao problema das alterações climáticas foi maior no período de ocorrência da segunda greve climática do que no período de ausência de greves climáticas.

O Público, dos três *media* em análise, foi aquele que atribuiu uma maior atenção ao problema das alterações climáticas. No período de ausência de greves climáticas, foram emitidas 7 notícias com menção a alterações climáticas, o equivalente a 1,5% do total. Com a ocorrência da primeira greve climática, o número de notícias com referência ao tema aumentou para 9, correspondente a 2,4% do total. Estes valores aumentaram consideravelmente com a ocorrência da segunda greve climática, tendo sido publicadas 20 notícias com referência às alterações climáticas, o equivalente a 5% do total.

Para testar se estas diferenças são estatisticamente significativas, foi realizada uma ANOVA, em que $F(2, 1229) = 4,836$, $p=0,008$. Tal como aconteceu para os *media* como um todo, no caso do Público o teste Tukey também revela a existência de diferenças estatisticamente significativas entre o período de ausência de greves climáticas e o período da segunda greve climática ($p=0,007$). Assim sendo, a atenção do Público ao problema das alterações climáticas foi maior no período marcado pela segunda greve climática do que no período de ausência de greves climáticas.

Relativamente ao Telejornal da RTP1, a atenção ao problema das alterações climáticas foi mais reduzida. No período de ausência de greves climáticas, foram emitidas pelo noticiário apenas 2 peças e reportagens sobre alterações climáticas, o equivalente a 0,9% do total de peças e reportagens do Telejornal da RTP1 analisadas. A ocorrência da primeira greve climática resultou na disseminação de 3 notícias com referência a alterações climáticas, o equivalente a 1,6% do total. O número de notícias

difundidas com a ocorrência da segunda greve climática manteve-se, embora em termos percentuais tenha sido maior, correspondendo a 1,9% do total.

Com o objetivo de compreendermos se as diferenças aqui descritas são estatisticamente significativas, realizámos uma ANOVA, em que $F(2, 559) = 0,416$, $p=0,660$, o que significa que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os três períodos em análise, no que respeita à cobertura ao problema das alterações climáticas pelo Telejornal da RTP1.

Resta-nos analisar a atenção dos Jornal das 8 da TVI ao problema das alterações climáticas. No momento de ausência de greves climáticas, o noticiário da TVI emitiu apenas uma reportagem com referência a alterações climáticas, que corresponde a 0,5% do total de peças e reportagens do Jornal das 8 analisadas. A ocorrência da primeira greve climática despertou uma maior atenção do noticiário da TVI ao problema das alterações climáticas, que nesse período disseminou 6 peças e reportagens sobre o tema, correspondentes a 3,6% do total. Relativamente ao período de ocorrência da segunda greve climática, o número de peças e reportagens sobre alterações climáticas, emitidas pelo Jornal das 8, foi o mesmo que o emitido durante o período de ocorrência da primeira greve climática, embora em termos percentuais tenha correspondido a 3,1% do total.

De forma a compreendermos se estas diferenças são estatisticamente significativas, realizámos uma ANOVA, em que $F(2, 567) = 2,601$, $p=0,075$, o que significa que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os três períodos analisados, no que respeita à cobertura ao problema das alterações climáticas.

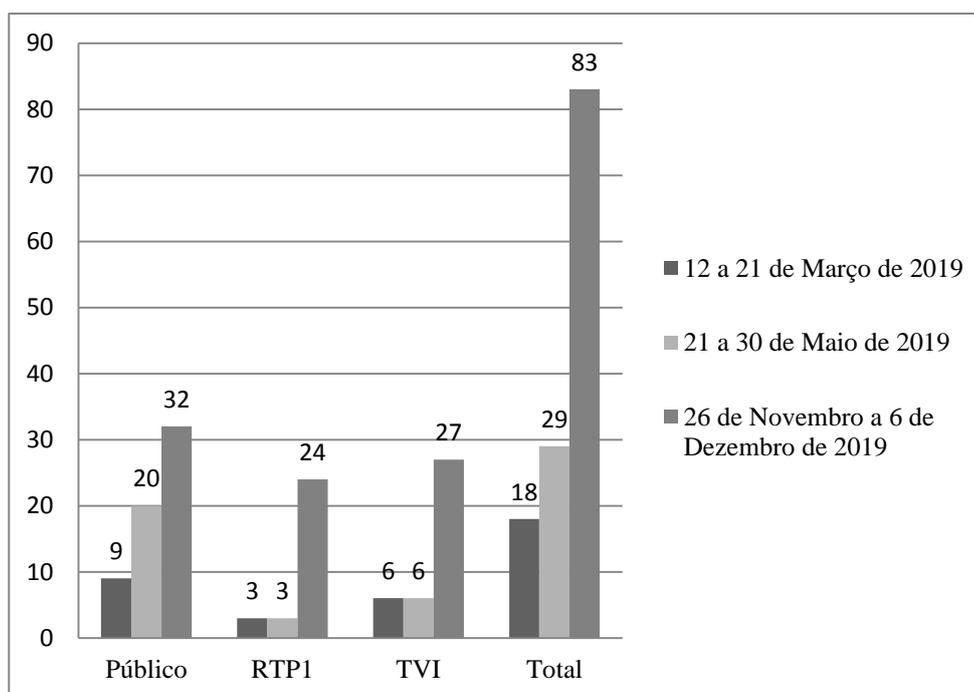
Tendo em conta os resultados descritos, confirmamos a hipótese de que a ocorrência de greves climáticas em Portugal despertou a atenção do jornal Público para o problema das alterações climáticas, embora a primeira greve não tenha sido tão geradora de saliência de alterações climáticas na agenda mediática como a segunda. O mesmo aconteceu a nível geral, como verificámos através da análise aos resultados. Contudo, não se confirma a hipótese para o Telejornal da RTP1 e o Jornal das 8 da TVI, uma vez que não foram identificadas diferenças na cobertura mediática ao problema das alterações climáticas entre os três períodos de análise.

Focando-nos agora na segunda hipótese de investigação, pretendemos testar se a ocorrência de dois eventos concomitantes relativos à temática ambiental despertou uma

maior atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas que a ocorrência de um único evento.

A partir da figura 2 é possível verificar que o número de notícias, peças e reportagens sobre alterações climáticas, disseminadas pelos *media* em análise, foi maior no período marcado pela ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal, do que nos períodos de ocorrência da primeira e segunda greves climáticas.

Figura 2 – Número de notícias, peças e reportagens do jornal Público, da RTP1 e da TVI, com referência às alterações climáticas, disseminadas no período em torno da ocorrência da primeira greve climática, no período em torno da ocorrência da segunda greve climática e no período em torno da ocorrência da quarta greve climática (concomitante com a passagem de Greta Thunberg em Portugal)



Como vimos acima, nos períodos de ocorrência da primeira e segunda greve climática, foram publicadas pelos *media* 18 e 29 notícias, peças e reportagens com referência a alterações climáticas, respetivamente. Estes valores correspondem a 2,5% e a 3,9% do número total de notícias, peças e reportagens analisadas em cada um dos períodos. Foi contudo no período marcado pela quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal, que houve uma maior atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas. Nesse período foram disseminadas 83 notícias, peças e

reportagens com referência a alterações climáticas, o equivalente a 9,7% do total de peças, notícias e reportagens analisadas.

Para compreender se estas diferenças são estatisticamente significativas, foi realizada uma ANOVA, em que $F(2, 2478) = 40,984$, $p=0,000$, o que demonstra a existência de diferenças entre pelo menos dois períodos de análise. A análise do teste Tukey revela a existência de diferenças estatisticamente significativas entre a magnitude da cobertura nos períodos da primeira e da quarta greve climática ($p=0,000$). Foram também verificadas diferenças estatisticamente significativas entre as coberturas no período da segunda greve climática e no período da quarta greve climática que foi, como vimos, concomitante com a passagem de Greta Thunberg em Portugal ($p=0,000$). Os resultados revelam, deste modo, que a atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas, no momento da quarta greve climática e visita de Thunberg ao País, foi maior que nos momentos marcados pela ocorrência da primeira e segunda greve climática.

A publicação de notícias com referência a alterações climáticas pelo Público, foi maior no período de ocorrência da quarta greve climática, combinada com a visita de Greta Thunberg a Portugal, em que foram publicadas 32 notícias com referência a alterações climáticas (7,7% do total de notícias analisadas), do que nos períodos de ocorrência das primeira e segunda greves climáticas em Portugal, em que foram disseminadas 9 e 20 notícias sobre o tema, respetivamente.

Para verificar se as diferenças aqui descritas são estatisticamente significativas, foi realizada uma ANOVA, em que $F(2, 1244) = 13,046$, $p=0,000$, o que significa que existem diferenças na magnitude da cobertura ao problema das alterações climáticas, pelo Público, entre pelo menos dois períodos de análise. Os resultados do teste Tukey revelam a existência de diferenças entre os períodos da primeira e quarta greve climática ($p=0,000$) e entre os períodos da segunda e quarta greve climática ($p=0,000$). Os resultados revelam, então, que a atenção do Público ao problema das alterações climáticas, no período da quarta greve climática, foi maior que nos períodos marcados pelas primeira e segunda greves climáticas.

No que respeita ao Telejornal da RTP1, verificamos um maior número de reportagens sobre alterações climáticas no período marcado pela ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal, face ao número de reportagens disseminadas nos períodos em torno da ocorrência das primeira e segunda

greves climáticas. De facto, no período marcado pela quarta greve climática e pela vinda de Greta Thunberg a Portugal, foram disseminadas pelo Telejornal da RTP1 24 peças e reportagens sobre alterações climáticas, o equivalente a 11,4% do total de reportagens do noticiário, por nós analisadas, contra apenas 3 dos momentos em torno das primeira e segunda greves.

De forma a testarmos se existem diferenças estatisticamente significativas na cobertura do Telejornal ao problema das alterações climáticas, entre os três períodos em análise, foi realizada uma ANOVA, em que $F(2, 616) = 14,792$, $p=0,000$, o que significa que existem diferenças entre pelo menos dois períodos em análise. Os resultados do teste Tukey revelam que existem de facto diferenças estatisticamente significativas entre os períodos de ocorrência das primeira e quarta greves climáticas ($p=0,000$), e entre os períodos de ocorrência das segunda e quarta greves climáticas ($p=0,000$). Por outras palavras, a atenção do Telejornal da RTP1 ao problema das alterações climáticas, no momento da quarta greve climática, foi maior que nos momentos marcados pela ocorrência das primeira e segunda greves climáticas.

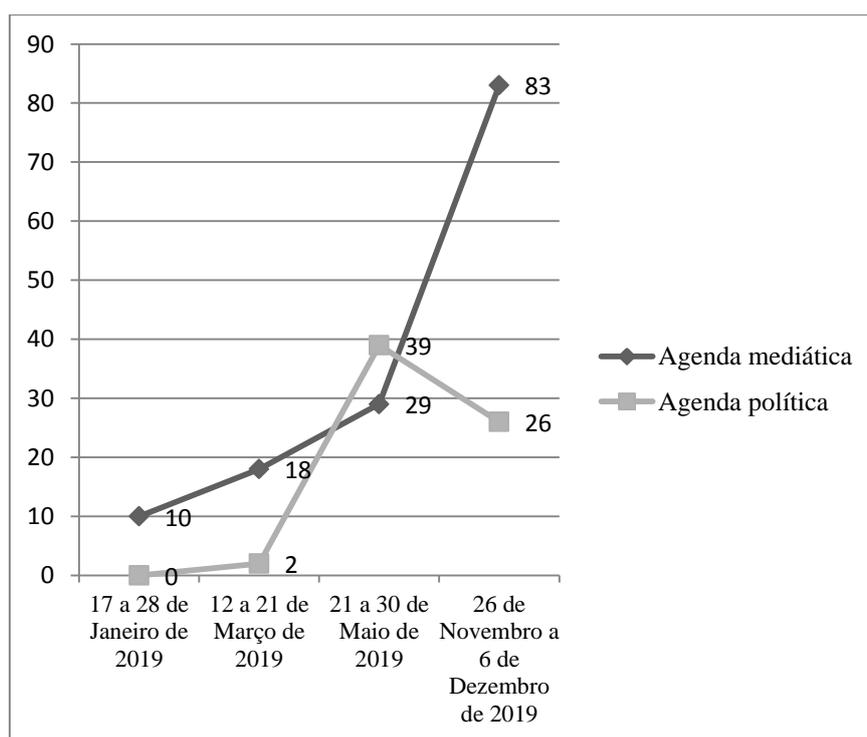
Por último, resta-nos analisar a atenção dos Jornal das 8 da TVI ao problema das alterações climáticas, que foi também maior no período de ocorrência da quarta greve climática do que nos períodos anteriores. No período marcado pela quarta greve climática e pela vinda de Greta Thunberg a Portugal, foram disseminadas 27 reportagens sobre o tema, número equivalente a 11,5% do total, e claramente superior ao identificado nos períodos em torno das duas primeiras greves (6 em ambos os casos).

Com o objetivo de compreender se existem diferenças estatisticamente significativas na magnitude da cobertura do Jornal das 8 ao problema das alterações climáticas, entre os três períodos em análise, foi realizada uma ANOVA, em que $F(2, 612) = 13,715$, $p=0,000$, o que significa que existem realmente diferenças entre pelo menos dois dos momentos em análise. Os resultados do teste Tukey revelam que as diferenças estatisticamente significativas são entre os períodos de ocorrência da primeira e quarta greves climáticas ($p=0,000$), e entre os períodos de ocorrência da segunda e quarta greves climáticas ($p=0,003$). Assim sendo, tal como no caso da RTP1, a atenção do Jornal das 8 ao problema das alterações climáticas, no período da quarta greve climática, foi maior que nos momentos de ocorrência das greves anteriores aqui consideradas.

Perante os resultados aqui descritos, confirmamos a hipótese de que a ocorrência de dois eventos concomitantes relativos à temática ambiental desperta uma maior atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas que a ocorrência de um único evento.

Por último, pretendemos testar se as variações na cobertura mediática ao problema das alterações climáticas resultam em diferentes níveis de atenção política a este tema.

Figura 3 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política (iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) num período de ausência de greves climáticas, no período de ocorrência da primeira greve climática, no período de ocorrência da segunda greve climática e no período de ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal



Através da figura 3 aferimos que no período de ausência de greves climáticas, marcado por uma reduzida cobertura mediática ao problema das alterações climáticas, o tema em questão não foi mencionado na agenda política em nenhum momento.

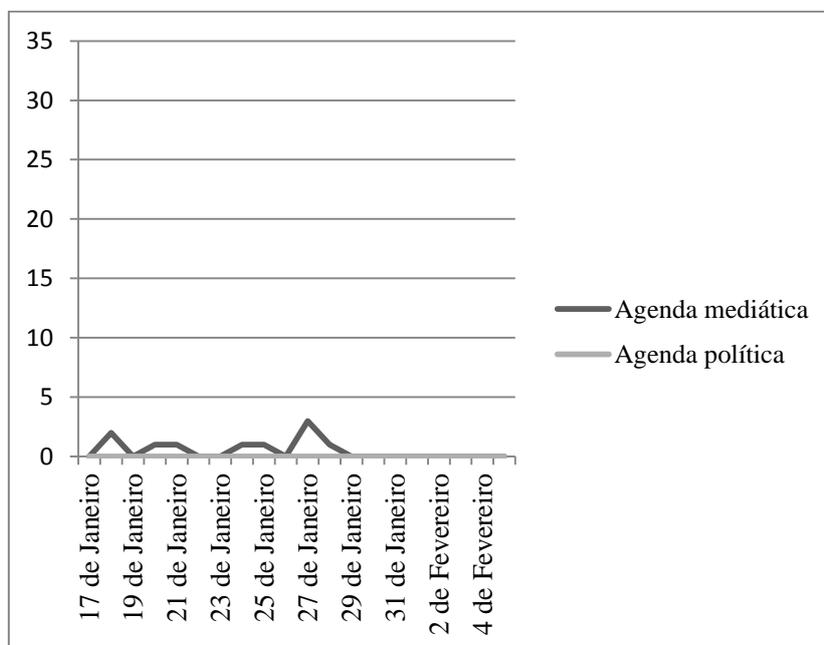
Contudo, com a ocorrência da primeira greve climática em Portugal, que contribuiu para um modesto aumento da cobertura mediática ao problema das alterações climáticas

(de 10 para 18), a atenção dos decisores políticos para estas questões aumentou de forma muito ligeira, tendo o tema estado presente em apenas 2 iniciativas, que correspondem a 0,6% do total de iniciativas, debates e intervenções no período analisado. A ocorrência da segunda greve climática contribuiu para uma maior atenção dos *media* e dos decisores políticos ao problema das alterações climáticas. Neste período, o tema das alterações climáticas esteve presente 39 vezes na agenda política, o que corresponde a 13,5% do total de iniciativas, debates e intervenções publicados no período em torno da ocorrência da segunda greve climática. Por fim, o período de ocorrência da quarta greve climática, concomitante com vinda de Greta Thunberg a Portugal, dois eventos fortemente mediatizados, destacou-se por uma forte presença das alterações climáticas na agenda política, embora em valores mais reduzidos quando comparados com os do período anterior. O tema esteve presente 26 vezes na agenda política, correspondendo a 5,3% do número total de iniciativas, debates e intervenções publicados no período em torno da ocorrência da quarta greve climática.

Com base nos dados da figura 3 foi testada a relação entre a proporção de itens dedicados ao tema das alterações climáticas nas duas agendas nos quatro períodos considerados, verificando-se a existência de uma relação positiva moderada entre as duas variáveis (Pearson's $r=0,50$), isto é, que quanto maior a atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas, maior a tendência dos decisores políticos incluírem este tema na sua agenda.

De forma a melhor compreender esta relação, prosseguimos com a análise da relação entre a agenda mediática e a agenda política em cada um dos períodos de análise, tendo como unidade de análise os dias de cada um dos períodos analisados.

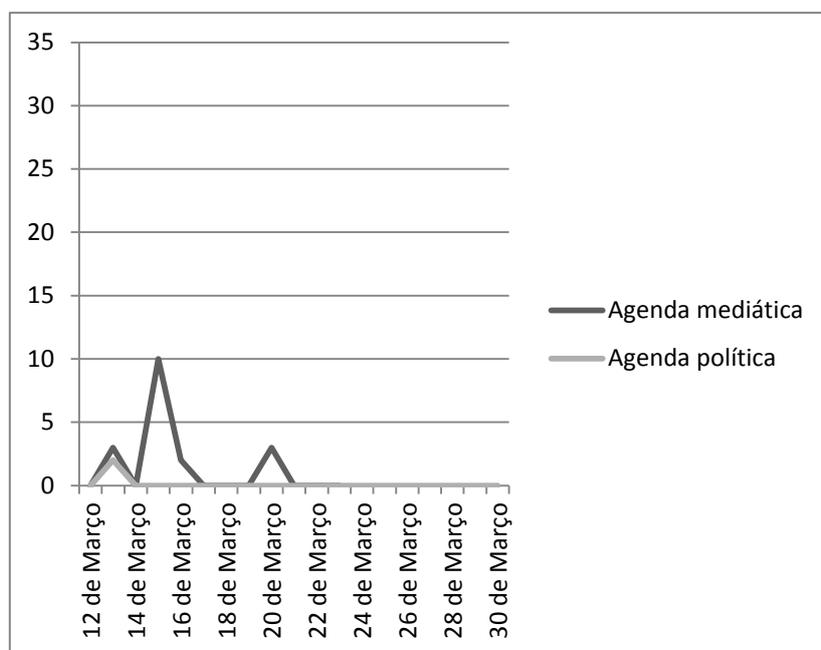
Figura 4 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política (iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) num período de ausência de greves climáticas



Através da figura 4 observamos que baixos níveis de cobertura mediática ao problema das alterações climáticas aparentemente não impactam a agenda política, uma vez que, num período de ausência de greves climáticas, e em que a cobertura mediática ao problema das alterações climáticas foi muito reduzida, o problema das alterações climáticas não mereceu qualquer atenção por parte dos decisores políticos.

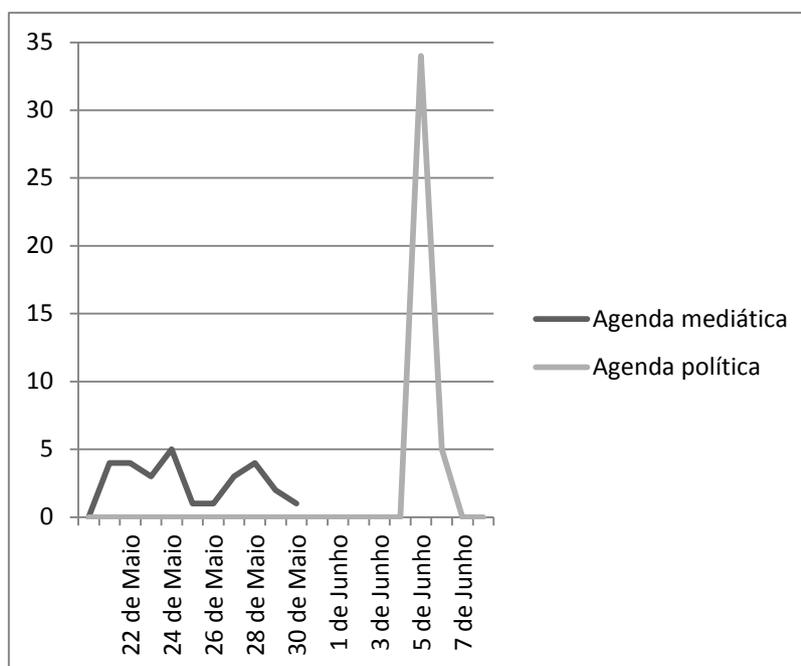
As três figuras seguintes, por sua vez, permitem-nos observar que a ocorrência de picos eventuais de cobertura mediática ao problema das alterações climáticas, durante o período de ocorrência da primeira greve climática, parece ter tido um menor impacto na agenda política do que a ocorrência de períodos de cobertura de maior duração, em torno das segunda e quarta greves climáticas.

Figura 5 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política (iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) no período de ocorrência da primeira greve climática



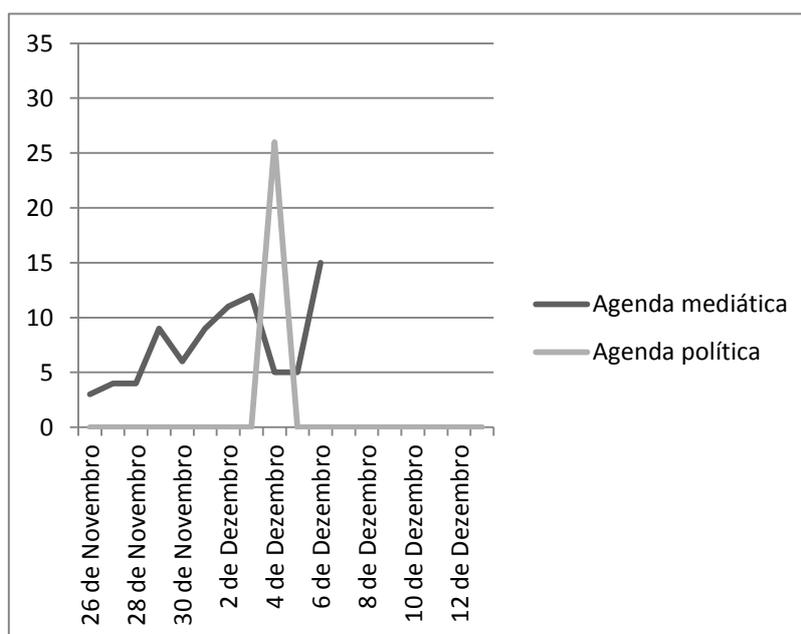
A análise das figuras 6 e 7 permite-nos ainda observar que o efeito da cobertura mediática na saliência conferida ao problema das alterações climáticas na agenda política não é imediato, podendo demorar até sete dias a observar-se.

Figura 6 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política (iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) no período de ocorrência da segunda greve climática



Ainda acerca dos resultados presentes nas figuras 6 e 7, podemos afirmar que nem todos os aumentos de cobertura mediática ao problema das alterações têm efeito na atenção dos decisores políticos ao problema das alterações climáticas. A cobertura ocorrida até dia 3 de Dezembro despertou uma grande atenção dos decisores políticos ao problema das alterações climáticas, que no dia 4 de Dezembro prestaram uma grande atenção ao tema. Contudo, o pico de cobertura ocorrido no dia 6 de Dezembro não despertou a atenção dos decisores políticos ao problema das alterações climáticas, uma vez que nos 7 dias seguintes este problema não esteve presente na agenda política uma única vez.

Figura 7 - Evolução da presença das alterações climáticas nas agendas dos três *media* em análise (Público, Telejornal da RTP1 e Jornal das 8 da TVI) e na agenda política (iniciativas do Parlamento Português, debates parlamentares, intervenções em plenário e iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território) no período de ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal



Perante os resultados aqui descritos, confirmamos em linhas gerais a hipótese de que variações na cobertura mediática das alterações climáticas resultam em diferentes níveis de atenção política a este tema, podendo afirmar-se que quanto maior a cobertura mediática ao problema das alterações climáticas, maior a atenção dos decisores políticos a este problema.

A título de curiosidade, a tabela 1 permite-nos analisar detalhadamente a agenda política, através dos títulos das iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e das iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, com referência a alterações climáticas, publicados no período de ausência de greves climáticas em Portugal, no período de ocorrência da primeira greve climática, no período de ocorrência da segunda greve climática e no período da ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal.

Tabela 1 - Títulos das Iniciativas do Parlamento Português, dos debates parlamentares, das intervenções em plenário e das iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, com referência a alterações climáticas, disseminados no período de ausência de greves climáticas em Portugal, no período de ocorrência da primeira greve climática, no período de ocorrência da segunda greve climática e no período de ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal

	17 a 5 de Fevereiro de 2019	12 a 30 de Março de 2019	21 de Maio a 8 de Junho de 2019	26 de Novembro a 13 de Dezembro de 2019
Iniciativas do Parlamento Português	0	1	0	0
Debates Parlamentares	0	0	0	0
Intervenções em Plenário	0	0	39	25
Iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território	0	1	0	1

À semelhança do que vimos anteriormente, num momento de ausência de greves climáticas, a reduzida atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas não despertou a atenção dos decisores políticos para esta questão, que não incluíram o tema na sua agenda. A ocorrência da primeira greve climática despertou uma maior atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas, resultando na entrada do tema das alterações climáticas na agenda política. Nesse período registaram-se dois títulos com referência a alterações climáticas, que corresponderam a uma iniciativa do Parlamento Português³ e a uma iniciativa da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território⁴. Por sua vez, o período em torno da ocorrência da segunda

³ Uma iniciativa intitulada “Recomenda ao Governo a criação de um fundo de emergência para as alterações climáticas”

⁴ Uma iniciativa intitulada “Recomenda ao Governo a criação de um fundo de emergência para as alterações climáticas”

greve climática, que resultou numa maior cobertura mediática ao problema das alterações climáticas, ficou marcado por um aumento da atenção dos decisores políticos ao problema das alterações climáticas. Neste período, foram feitas 39 intervenções em plenário com referência a alterações climáticas⁵. Por último, no período em torno da ocorrência da quarta greve climática, seguida da vinda de Greta Thunberg a Portugal, dois eventos fortemente mediatizados, o número de intervenções em plenário com referência ao problema das alterações climáticas foi menor que no período em torno da ocorrência da segunda greve climática em Portugal. Neste momento, o tema esteve presente em apenas 25 intervenções em plenário⁶. Contudo, o tema voltou a estar presente numa iniciativa da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território⁷.

⁵ Trinta e quatro intervenções intituladas "Combate às alterações climáticas: Importância do setor dos transportes"; quatro intituladas "Voto de congratulação pela declaração do estado de emergência climática pronunciado pelo Reino Unido e pela Irlanda", e uma intervenção intitulada "Recomenda ao Governo que declare o estado de emergência climática e se comprometa com ações necessárias e firmes para alcançar a neutralidade carbónica; Recomenda ao Governo a Declaração do Estado de Urgência Climática"

⁶ Quatro intervenções em plenário, intituladas "A propósito da passagem por Portugal de Greta Thunberg, ativista ambiental, chamou a atenção para a crise climática e para a necessidade de ações urgentes com vista a combater e reverter a situação e criticou o Governo por receber o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que se deslocou a Lisboa para um encontro com o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo"; quatro intervenções intituladas "Chama a atenção para os efeitos das alterações do clima, acusou o Governo de falta de iniciativas para lhes fazer face e anunciou a apresentação, pelo seu partido, de um projeto de lei de bases do clima, tendo em vista planos setoriais do ordenamento do território, dos recursos hídricos, das florestas, da agricultura, da proteção civil e da saúde"

⁷ Uma iniciativa intitulada "Lei de bases do clima"

Conclusão

A investigação reportada na presente dissertação de mestrado teve como principal objetivo analisar o impacto que a cobertura mediática ao problema das alterações climáticas tem na agenda política portuguesa. Através da formulação de três hipóteses de investigação tentámos avaliar empiricamente de que forma a ocorrência de greves climáticas contribui para os agendamentos mediático e político das alterações climáticas.

Para o efeito, foram analisadas 1647 notícias do jornal Público, 773 peças e reportagens do Telejornal da RTP1 e 808 peças e reportagens do Jornal das 8 da TVI, todas elas recolhidas online, e referentes a um período de ausência de greves climáticas e aos três períodos em torno da ocorrência das primeira, segunda e quarta greves climáticas. Após recolhidas, foram selecionadas todas as notícias, peças e reportagens referentes ao tema alterações climáticas. Foram também analisadas 154 títulos de iniciativas do Parlamento Português, 21 títulos de debates parlamentares, 1300 títulos de intervenções em plenário e 22 títulos de iniciativas da Comissão Parlamentar do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, todos eles recolhidos no site do Parlamento Português, e referentes a um período de ausência de greves climáticas e aos três períodos em torno da ocorrência das primeira, segunda e quarta greves climáticas. Uma vez recolhidos os títulos, foram selecionados todos aqueles com referência a alterações climáticas. A análise destes dados permitiu obter diversas conclusões.

Em primeiro lugar, verificou-se que em períodos de ausência de greves climáticas, marcados por uma reduzida cobertura mediática ao problema das alterações climáticas, a atenção dos *media* e dos decisores políticos ao problema das alterações climáticas é muito reduzida, o que poderá justificar-se pelo facto do tema competir com outros que captam uma maior atenção dos *media* e, por consequência, dos decisores políticos. Uma vez que não ocorreram fenómenos climáticos extremos nem quaisquer greves climáticas durante este período, o tema das alterações climáticas não captou a atenção dos qualquer *media* em análise, o que poderá justificar também a reduzida presença das alterações climáticas na agenda política.

Contrariando alguns estudos de agenda existentes (Bakaki et al.,2019; Sampei e Aoyagi-Usui, 2009), a ocorrência de uma primeira greve climática não despertou uma grande atenção dos *media* para o problema das alterações climáticas, à exceção do jornal Público que aumentou consideravelmente a sua cobertura a estas questões, tendo

ocorrido um aumento significativo na cobertura ao problema das alterações climáticas no período de ocorrência da primeira greve climática, face à cobertura num período de ausência de greves climáticas. Em contrapartida, o Telejornal da RTP1 e o Jornal das 8 da TVI não apresentaram diferenças na cobertura às alterações climáticas entre o período de ausência de greves climáticas e o período de ocorrência da primeira greve climática.

A ocorrência da segunda greve climática despertou uma maior atenção dos *media* para o problema das alterações climáticas. Nesse período, a cobertura dos três *media* aumentou significativamente, contribuindo para uma maior atenção dos decisores políticos ao problema das alterações climáticas, que introduziram o tema 29 vezes na sua agenda. É esta análise que corrobora a perspectiva de Bakaki e colegas (2019), que consideram que o público, em conjunto com os *media*, atraem a atenção dos decisores políticos para o problema das alterações climáticas, isto porque uma maior atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas impacta de forma acentuada a agenda dos decisores políticos que, perante a pressão dos *media* e dos indivíduos, em manifestações pró-clima, tendem a incluir o tema alterações climáticas na sua agenda.

A quarta greve climática, seguida da vinda de Thunberg a Portugal, despertou uma maior atenção dos *media* ao problema das alterações climáticas, o que poderá justificar-se pela concomitância temporal de dois eventos e pelo mediatismo da jovem ativista sueca. O aumento da atenção mediática ao problema das alterações climáticas despertou uma grande atenção dos decisores políticos para o problema aqui em análise, embora num valor mais reduzido quando comparado com o nível de atenção no período da segunda greve climática, o que se justifica pelo facto de no atual período o tema alterações climáticas ter competido com mais temas para captar a atenção dos decisores políticos.

Conclui-se, assim, em linhas gerais, que quanto maior a cobertura dos *media* ao problema das alterações climáticas, maior a atenção dos decisores políticos a esta questão, embora a entrada do tema alterações climáticas na agenda política se dê de forma lenta, isto porque os resultados revelam que a ocorrência de picos de cobertura ao problema das alterações climáticas só resulta em picos de atenção dos decisores políticos ao problema a partir de quatro dias depois da ocorrência do primeiro pico de cobertura dos *media*. Tendo isso em conta, é-nos permitido concordar com o argumento

de Liu e colegas (2011), de que a reação dos *media* ao problema das alterações climáticas é mais rápida que a reação parlamentar, que se manifesta mais tarde.

Em suma, os meios de comunicação social em Portugal influenciam a entrada das alterações climáticas na agenda política portuguesa, tendo um impacto moderado na agenda política portuguesa (Pearson's $r=0,50$), isto é, quanto maior a cobertura dos *media* ao tema alterações climáticas, maior a atenção dos decisores políticos a esta questão. Contudo, este impacto moderado contraria as nossas expectativas iniciais de que os *media* portugueses teriam um impacto forte no agendamento político das alterações climáticas.

É também importante referir que os resultados obtidos têm implicações nos *media* e nos ativistas ambientais, devido ao facto de ambos obterem respostas dos decisores políticos. Os *media*, que ao longo dos quatro períodos em análise aumentaram a sua atenção ao problema das alterações climáticas, devido à ocorrência de greves climáticas, têm impacto no comportamento dos ativistas ambientais, que olham para os *media* como um meio para consciencializar os decisores políticos para o problema das alterações climáticas e para a necessidade de serem implementadas medidas de combate às mesmas, participando em mais greves com o objetivo de ter um maior impacto na agenda política.

Referências bibliográficas

- Anderson, A. (2009). Media, Politics and Climate Change: Towards a New Research Agenda. *Sociology Compass*, 32 (10), pp.166-182.
- Bakaki, Z., Bohmelt, T. & Ward, H. (2019). The triangular relationship between public concern for environmental issues, policy output, and media attention. *Environmental Politics*, 26 (1), pp.1-21.
- Bartels, L. M. (1993). Messages received: The political impact of media exposure. *American Political Science Review*, 87 (2), pp.267-285.
- Baumgartner, F & Jones, B. D. (1993). *Agendas and Instability in American Politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Belchior, A. M. (2020). Media, public opinion and parliamentary agenda's effect in political parties agenda-setting. *The Agenda Setting Journal*, 4 (1), pp.17-42.
- Birkland, T. (1998). Focusing Events, Mobilization, and Agenda-Setting, *Journal of Public Policy*, 18 (1), pp.53-74.
- Birkland, T. (2005). *An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making*. Nova Iorque: M.E. Shape.
- Boykoff, M. e Boykoff, J. (2004). Balance as bias: global warming and the US prestige press. *Global Environmental Change*, 14, pp.125-136.
- Boykoff, M. e Roberts, J. T. (2007). Media coverage of climate change: current trends, strengths, weaknesses. *United Nations Development Programme - Human Development Report 2007*, pp.1-9.
- Brechin, S. (2003). Comparative public opinion and knowledge on global climatic change and the Kyoto Protocol: the U.S. versus the world?. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 23 (10), 106-34.
- Brulle, R. J., Carmichael, J. & Jenkins, J. G. (2012). Shifting public opinion on climate change: an empirical assessment of factors influencing concern over climate change in the U.S., 2002–2010. *Climatic Change*, 144 (2), pp.169-188.
- Capelato, M. H. (1988). *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp.
- Capella, A. C. N. (2016). Agenda-setting policy: strategies and agenda denial mechanisms". *Organizações e Sociedade*, 23, pp.675-689.
- Capucho, J. (2019, 23 de Setembro). Moção, avisos e promessas: os destaques da cimeira do clima da ONU. *Diário de Notícias*. Disponível a partir de:

<https://www.dn.pt/vida-e-futuro/emocao-avisos-e-promessas-os-destaques-da-cimeira-do-clima-da-onu-11331776.html>

- Castells, M. (2009). *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press.
- Cobb, R. W. & Elder. C. D. (1971). The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. *Journal of Politics*, 33 (4), pp.892-915.
- Cobb, R., Ross, J. & Ross, M. H. (1976). Agenda Building as a comparative political process. *American Political Science Review*, 70 (1), pp.126-138.
- Cohen, B. (1963). *Press and Foreign Policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Dantas, M. (2019, 12 de Março). Portugal assinala Greve Climática Estudantil com 26 concentrações (pelo menos). *Público* online. Disponível a partir de: <https://www.publico.pt/2019/03/12/p3/noticia/greve-climatica-estudantil-vai-chegar-26-pontos-pais-1865094>
- Dearing, J. W., & Rogers. E. M. (1996). *Agenda-Setting*, Thousand Oaks, CA: Sage.
- Downs, A. (1972). The environment as problem: Up and down with ecology-the issue attention cycle. *The Public Interest*, 28, pp.38-50.
- Frangoul, A. (2019, 22 de Fevereiro). EU's Juncker proposes billions of spending on climate change after a 16-year-old's speech. *CNBC*. Disponível a partir de: <https://www.cnn.com/2019/02/22/juncker-proposes-climate-change-spending-after-greta-thunberg-speech.html>
- Freedman, D. (2014). Paradigms of Media Power. *Communication Culture & Critique*, 8 (2), pp.1-31.
- Green-Pedersen, C. & Stubager, R. (2010). The Political Conditionality of Mass Media Influence: When Do Parties Follow Mass Media Attention?. *British Journal of Political Science*, 40 (3), pp.663-677.
- Internacional, A. (2019, 7 de Junho). Greta Thunberg e o Movimento Fridays for Future são os embaixadores de consciência em 2019. *Amnistia Internacional*. Disponível a partir de: <https://www.amnistia.pt/greta-thunberg-e-o-movimento-fridays-for-future-sao-os-embaixadores-de-consciencia-em-2019/>
- Iyengar, S. & Kinder, D. R. (1987). *News that matters: Television and American opinion*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

- Iyengar, S. & Simon, A. F. (2000). New perspectives and evidence on political communication and campaign effects. *Annual Review of Psychology*, 51, pp.149-159.
- Iyengar, S. (1979). Television news and issue salience: A reexamination of the agenda-setting hypothesis. *American Politics Quarterly*, 7 (4), pp.395-416.
- Jones, B. D. e Baumgartner, F. R. (2005). *The Politics of Attention: How government prioritizes problems*. Chicago, University of Chicago Press.
- Keskitalo, E., Halvor, C., Westerhoff, L. & Juhola, S. (2012). Agenda-setting on the environment: the development of climate change adaptation as an issue in European states. *Environmental Policy and Governance*, 22, pp.381-394.
- Kingdon, J. (2003). *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Nova Iorque (3.^aEdição): Harper Collins.
- Lasswell, H. D. (1971). *Propaganda techniques in world war*. Cambridge: MIT Press.
- Lázaro, A., Cabecinhas, R., & Carvalho, A. (2011). Uso dos media e envolvimento com as alterações climáticas. Em Anabela Carvalho, *As Alterações Climáticas, os Media e os Cidadãos*. Coimbra, CECS: Universidade do Minho.
- Lazarsfeld, P., Berelson, B., & Gaudet, H. (1944). *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. Nova Iorque: Duell, Sloan, e Pearce.
- Lima, A.V., & Schmidt, L. (1996). Questões ambientais - conhecimentos, preocupações e sensibilidades. *Análise Social*, XXXI (135), pp.205-227.
- Lippmann, W. (1992). *Public Opinion*. Nova Iorque: MacMillan.
- Liu, X., Lindquist, E & Vedlitz, A. (2011). Explaining Media and Congressional Attention to Global Climate Change, 1969-2005: An Empirical Test of Agenda-Setting Theory. *Political Research Quarterly*, 64 (2), pp.405-419.
- Lundberg, G. A. (1926). The newspaper and public opinion. *Social Forces*, 4 (4), pp.709-715.
- McCombs, M. & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*. 36 (2), pp.176-195.
- McCombs, M. (2004). *Setting the Agenda: Mass Media and Public Opinion*. Cambridge, UK: Polity Press.
- McCombs, M. (2014). *Setting the Agenda: Mass Media and Public Opinion*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Negrine, R. (1994). *Politics and Mass Media in Britain* (2.^aEdição). Londres: Longman.

- Norris, P. & Curtice, J. (2008). Getting the message out: A two-step model of the role of the internet in campaign communication flows during the 2005 British general election. *Journal of Information Technology & Politics*, 4 (4), pp.3-13.
- Popescu, M., Gosselin, T. & Santana-Pereira, J. (2010). European Media Systems Survey 2010”, *Data set. Colchester, UK: Department of Government, University of Essex*. Disponível a partir de: <http://www.mediasystemsineurope.org/>
- Rodrigues, A. M. (2005). Problemática Ambiental = Agenda Política Espaço, território, classes sociais. *Boletim Paulista de Geografia Perspectiva Crítica*, 83, pp.91-110.
- Sampei, Y. & Aoyagi-Usei, M. (2009). Mass-Media Coverage, Its Influence on Public Awareness of Climate-Change Issues, and Implications for Japan’s National Campaign to Reduce Greenhouse Gas Emissions. *Global Environmental Change*, 19 (2), pp.203-212.
- Santana-Pereira, J. (2012). *Media Systems and Information Environments: A comparative approach to the agenda-setting hypothesis* (Tese de Doutorado em Ciências Políticas e Sociais, European University Institute, Florença).
- Santana-Pereira, J. (2020). Do media systems matter? Media system characteristics and the media’s impact on the political agenda in Europe. *The Agenda Setting Journal*, 4 (1), pp.42-63.
- Schafer, M. S. (2002). Climate Change and the Media. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 3 (2), pp.853-859.
- Schmidt, A., Ivanova, A. & Schafer, M. S. (2013). Media Attention for Climate Change around the World: A Comparative Analysis of Newspaper Coverage in 27 Countries. *Global Environmental Change*, 23 (5), pp.1233-1248.
- Schmidt, L. (2003). *Ambiente no Ecrã: Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Stoll-Kleemann, S., O’Riordan, T. & Jaeger, C. (2001). The psychology of denial concerning climate mitigation measures: evidence from Swiss focus groups. *Global Environmental Change*, 11 (2), pp.107–117.
- Traquina, N. (1995). O paradigma do agenda-setting: Redescoberta do poder do jornalismo. *Revista Comunicação e Linguagens*, 22-23, pp.13-43.
- Ungar, S. (2000). Knowledge, ignorance and the popular culture: Climate change versus the ozone hole. *Public Understanding of Science*, 9 (3), pp.297-312.

- Van Aelst, P. & Walgrave, S. (2016). Political agenda setting by the mass media. Ten years of recent research (2005–2015). Em Nikolaos Zahariadis (org.), *Handbook of Public Policy Agenda Setting*, Cheltenham, UK: Edgar Elgar.
- Van Aelst, P. e Walgrave, S. (2011). Minimal or massive? The political agenda setting power of the mass media according to different methods. *International Journal of Press/Politics*, 16 (3), pp.295-316.
- Van Praag Jr, P. & Brants, K. (1999). The 1998 campaign: An interaction approach. *Acta Politica*, 34 (2-3), pp.179-199.
- Vliegenthart, R., Walgrave, S., Baumgartner, F. R., Bevan, S., Breugin, S., Brouard, S., Bonafont, L. C., Grossman, E., Jennings, W., Mortensen, P. B., Palau, A. M., Sciarini, P. & Tresch, A. (2016). Do the media set the parliamentary agenda? A comparative study in seven countries. *European Journal of Political Research*, 55, pp.283–301.
- Walgrave, S. & Van Aelst, P. (2006). The contingency of the mass media's political agenda setting power: Towards a preliminary theory. *Journal of Communication*, 56 (1), pp.88-109.
- Walgrave, S. (2008). Again the almighty mass media: A subjective assessment of the media's political agenda-setting power by politicians and journalists in Belgium. *Political Communication*, 25 (4), pp.445-459.
- Wolf, M. (1987). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença.